Coleção Estudos
Dirigida por J. Guinsburg

Equipe de realização – Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Souza; Revisão: Rosane Scoss Nicolai e Saulo Alencastre; Sobrecapa: Adriana Garcia; Produção: Ricardo W. Neves e Raquel Fernandes Abranches.

Umberto Eco

COMO SE FAZ UMA TESE



PERSPECTIVA

Título do original italiano
Come si fa una tesi di laurea

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Eco, Umberto, 1932- .
Como se faz uma tese / Umberto Eco ; tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. – São Paulo : Perspectiva, 2008. 21. ed. — (Estudos ; 85)

Título original: Come si fa una tesi di laurea.
Bibliografia.
ISBN 978-85-273-0079-7

1. Teses I. Título. II. Série.

04-1974 CDD-808.02

Índices para catálogo sistemático:
1. Teses : Elaboração : Retórica 808.02

21ª edição

EDITORA PERSPECTIVA S.A.

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3025
01401-000 – São Paulo – SP – Brasil
Telefax: (0--11) 3885-8388
www.editoraperspectiva.com.br

2008

Sumário

1. Que é uma Tese e para que Serve

1.1. POR QUE SE DEVE FAZER UMA TESE E O QUE ELA É

Uma tese consiste num trabalho datilografado, com extensão média variando entre cem e quatrocentas laudas, no qual o estudante aborda um problema relacionado com o ramo de estudos em que pretende formar-se. Segundo a lei italiana, ela é obrigatória. Após ter terminado todos os exames prescritos, o estudante apresenta a tese perante um banca examinadora, que ouve o comunicado do relator (o professor com quem "se faz" a tese) e do ou dos dois contra-relatores, os quais levantam algumas objeções ao candidato; nasce daí um debate que também envolve os demais membros da banca. Com base nas palavras dos dois relatores, que atestam a qualidade (ou os defeitos) do trabalho escrito, e na capacidade demonstrada pelo candidato ao sustentar as opiniões expressas por escrito, elabora-se o veredicto da banca. Calculando ainda a média dos pontos obtidos nos exames, a comissão atribui uma nota à tese, que pode ir de um mínimo de 66 a um máximo de 110, com louvor. Tal é, ao menos, a regra seguida na quase totalidade das faculdades de ciências humanas.

Descrevemos as características "externas" do trabalho e o ritual em que se insere, mas pouco falamos quanto à natureza da tese. Antes de tudo, por que a universidade italiana exige, como condição para a formatura, uma tese?

Sabe-se que esse critério não é seguido na maioria das universidades estrangeiras. Em algumas, existem vários níveis de graduação, que podem ser atingidos sem teses; em outras, há um primeiro nível, correspondente, grosso modo, à nossa formatura, que não dá direito ao título de "doutor" e que pode ser atingido seja com a série de exames apenas, seja com uma pré-tese mais modesta; em outras, ainda, há diversos níveis de doutoramento, que requerem trabalhos de diferente complexidade... Via de regra,

porém, a tese propriamente dita é reservada a uma espécie de supraformatura, o *doutorado*, procurado só por aqueles que desejam se aperfeiçoar e especializar como pesquisadores científicos. Esse tipo de doutorado possui vários nomes, mas doravante vamos referir-nos a ele com uma sigla anglo-saxônica de uso quase internacional, PhD (que significa *Philosophy Doctor*, Doutor em Filosofia, embora designe qualquer espécie de doutor em ciências humanas, do sociólogo ao professor de grego; nas matérias não-humanistas usam-se outras siglas, como por exemplo *MD, Medicine Doctor*).

Ao PhD se opõe algo muito parecido com nossa formatura, e que passaremos a indicar com o termo "licenciatura".

A licenciatura, em suas diversas formas, encaminha o estudante para o exercício da profissão; ao contrário, o PhD o encaminha para a atividade acadêmica, isto é, quem obtém um PhD quase sempre empreende a carreira universitária.

Nas universidades desse tipo, a tese é sempre de PhD, tese de doutorado, e constitui um trabalho *original* de pesquisa, com o qual o candidato deve demonstrar ser um estudioso capaz de fazer avançar a disciplina a que se dedica. E, com efeito, ela não é elaborada, como entre nós, aos 22 anos, mas bem mais tarde, às vezes mesmo aos quarenta ou cinqüenta anos (embora, é claro, existam PhDs bastante jovens). Por que tanto tempo? Porque se trata efetivamente de pesquisa *original*, onde é necessário conhecer a fundo o quanto foi dito sobre o mesmo argumento pelos demais estudiosos. Sobretudo, é necessário "descobrir" algo que ainda não foi dito por eles. Quando se fala em "descoberta", em especial no campo humanista, não cogitamos de invenções revolucionárias como a descoberta da fissão do átomo, a teoria da relatividade ou uma vacina contra o câncer: podem ser descobertas mais modestas, considerando-se resultado "científico" até mesmo uma maneira nova de ler e entender um texto clássico, a identificação de um manuscrito que lança nova luz sobre a biografia de um autor, uma reorganização e releitura de estudos precedentes que conduzem à maturação e sistematização das idéias que se encontravam dispersas em outros textos. Em qualquer caso, o estudioso deve produzir um trabalho que, teoricamente, os outros estudiosos do ramo não deveriam ignorar, porquanto diz algo de novo sobre o assunto (cf. 2.6.1).

A tese *à italiana* é do mesmo tipo? Não necessariamente. Com efeito, sendo o mais das vezes elaborada entre os 22 e os 24 anos, ainda durante os exames universitários, não pode representar a conclusão de um trabalho longo e meditado, prova de uma completa maturação. Sucede, assim, aparecerem teses de formatura (feitas por estudantes bem dotados) que constituem verdadeiras teses de PhD, e outras que não chegam a esse nível. Nem a universidade quer semelhante coisa a todo custo: há boas teses que não são de pesquisa, mas de *compilação*.

Numa tese de compilação, o estudante apenas demonstra haver compulsado criticamente a maior parte da "literatura" existente (isto é, das publicações sobre aquele assunto) e ter sido capaz de expô-la de modo claro, buscando harmonizar os vários pontos de vista e oferecendo assim uma visão panorâmica inteligente, talvez útil sob o aspecto informativo mesmo para um especialista do ramo que, com respeito àquele problema específico, jamais tenha efetuado estudos aprofundados.

E aqui cabe uma primeira advertência: *pode-se fazer uma tese de compilação ou uma tese de pesquisa;* uma tese de licenciatura ou de PhD.

Uma tese de pesquisa é sempre mais longa, fatigante e absorvente; também uma tese de compilação pode ser longa e cansativa (existem trabalhos de compilação que demandaram vários anos), mas em geral exige menor tempo e menor risco.

Não quer isto dizer que quem faz uma tese de compilação feche o caminho para a pesquisa; a compilação pode constituir um ato de seriedade da parte do jovem pesquisador que, antes de propriamente iniciar a pesquisa, deseja esclarecer algumas idéias, documentando-se bem.

Por outro lado, existem teses pretensamente de pesquisa que, ao contrário, feitas às pressas, são de má qualidade, irritam o leitor e em nada beneficiam quem as elabora.

Assim, pois, a escolha entre tese de compilação e tese de pesquisa prende-se à maturidade e à capacidade de trabalho do candidato. Com freqüência – e lamentavelmente – está ligada também a fatores econômicos, pois sem dúvida um estudante que trabalha dispõe de menos tempo, energia e até dinheiro para se dedicar a longas pesquisas (que muitas vezes implicam a aquisição de livros raros e caros, viagem para centros ou bibliotecas estrangeiros, e por aí afora).

Contudo, não podemos, no presente livro, dar conselhos de ordem econômica. Até há pouco tempo a pesquisa era, no mundo inteiro, privilégio de estudantes abastados. Também não se pode dizer que a simples existência de bolsas de estudo, bolsas de viagem, manutenção em universidades estrangeiras etc., resolvam o problema de todos. O ideal seria uma sociedade mais justa, onde estudar fosse trabalho pago pelo Estado àqueles que verdadeiramente tivessem vocação para o estudo e em que não fosse necessário ter a todo custo o "canudo" para se arranjar emprego, obter promoção ou passar à frente dos outros num concurso.

Mas a universidade italiana, e a sociedade que ela espelha, é por ora aquilo que sabemos; resta-nos tão-somente fazer votos que os estudantes de todas as classes consigam freqüentá-la sem sacrifícios desgastantes e explicar as maneiras de se fazer uma boa tese, calculando o tempo e as energias disponíveis e também a vocação de cada um.

1.2. A QUEM INTERESSA ESTE LIVRO

Nestas condições, podemos pensar que existem inúmeros estudantes *obrigados* a preparar uma tese, para formar-se logo e obter o *scatto di*

grado que o levou a se matricular na universidade. Alguns destes estudantes têm quarenta anos. Eles pedem instruções sobre como preparar uma tese *em um mês*, para tirarem uma nota qualquer e sair da universidade. Cumpre-nos esclarecer agora que este livro *não é para eles*. Se estas são as suas necessidades, se são vítimas de uma legislação paradoxal que os obriga a doutorar-se para resolver dolorosas questões econômicas, é preferível optarem por uma das seguintes vias: (1) investir uma quantia razoável para que outros façam a tese por eles; (2) copiar uma tese já pronta há alguns anos em outra universidade (não convém copiar uma obra já publicada, mesmo numa língua estrangeira, pois se o docente for razoavelmente bem-informado deverá saber de sua existência; mas copiar em Milão uma tese feita em Catânia oferece razoáveis possibilidades de êxito; naturalmente, é necessário informar-se primeiro se o relator da tese, antes de lecionar em Milão, não deu aula em Catânia: donde mesmo copiar uma tese implica um inteligente trabalho de pesquisa).

Claro está que os dois conselhos acima são *ilegais*. Seria como dizer: "Se você for ao pronto-socorro, ferido, e o médico se recusar a atendê-lo, meta-lhe uma faca na garganta". Em ambos os casos, tratam-se de atos de desespero. Nosso conselho foi dado, a título paradoxal, para reafirmar que este livro não intenta resolver os graves problemas de estrutura social e de legislação existentes.

Destina-se àqueles que (mesmo não sendo milionários e não tendo à disposição dez anos para formar-se, depois de haver corrido o mundo todo), com uma razoável possibilidade de dedicar algumas horas diárias ao estudo, querem preparar uma tese que lhes dê certa satisfação intelectual e lhes sirva também depois da formatura. E que, fixados os limites, mesmo modestos, do empenho próprio, querem realizar um trabalho *sério*. Pode-se executar seriamente até uma coleção de figurinhas: basta fixar o tema, os critérios de catalogação, os limites históricos da coleção. Decidindo-se não remontar aquém de 1960, ótimo, pois de lá para cá as figurinhas não faltam. Haverá sempre uma diferença entre essa coleção e o Museu do Louvre, mas melhor do que fazer um museu pouco sério é empenhar-se a sério numa coleção de figurinhas de jogadores de futebol de 1960 a 1970. Tal critério é igualmente válido para uma tese de doutoramento.

1.3 COMO UMA TESE PODE SERVIR TAMBÉM APÓS A FORMATURA

Há duas maneiras de fazer uma tese que se torne útil também após a formatura. A primeira é fazer dela o início de uma pesquisa mais ampla, que prosseguirá nos anos seguintes, desde que haja oportunidade e interesse nisso.

Mas há também uma segunda maneira, que pode ajudar o diretor de um organismo de turismo local em sua profissão mesmo que tenha elaborado uma tese com o título: "*Da Fermo a Lucia*" *aos* "*I promessi Sposi*". Com efeito, elaborar uma tese significa: (1) identificar um tema preciso; (2) recolher documentação sobre ele; (3) pôr em ordem estes documentos; (4) reexaminar em primeira mão o tema à luz da documentação recolhida; (5) dar forma orgânica a todas as reflexões precedentes; (6) empenhar-se para que o leitor compreenda o que se quis dizer e possa, se for o caso, recorrer à mesma documentação a fim de retomar o tema por conta própria.

Fazer uma tese significa, pois, aprender a pôr ordem nas próprias idéias e ordenar os dados: é uma experiência de trabalho metódico; quer dizer, construir um "objeto" que, como princípio, possa também servir aos outros. Assim, *não importa tanto o tema da tese quanto a experiência de trabalho que ela comporta*. Quem soube documentar-se bem sobre a dupla redação do romance de Manzoni, saberá depois recolher com método os dados que lhe servirão no organismo turístico. O autor destas linhas já publicou uma dezena de livros sobre vários assuntos, mas se logrou executar os últimos nove é porque aproveitou sobretudo a experiência do primeiro, que era uma reelaboração de sua tese de formatura. Sem aquele primeiro trabalho, não teria conseguido fazer os demais. E, bem ou mal, estes refletem ainda a maneira com que aquele foi elaborado. Com o tempo, tornamo-nos mais maduros, vamos conhecendo mais coisas, porém o modo como trabalhamos o que sabemos sempre dependerá da maneira com que estudamos no início muitas coisas que ignorávamos.

Enfim, elaborar uma tese é como exercitar a memória. Temo-la boa quando velhos se a exercitarmos desde a meninice. E não importa se a exercitamos decorando os nomes dos jogadores dos times da Divisão Especial, os poemas de Carducci ou a série de imperadores romanos de Augusto e Rômulo Augusto. Por certo, se o caso for aprimorar a memória, é melhor aprender coisas que nos interessam ou nos sirvam: mas, por vezes, mesmo aprender coisas inúteis constitui bom exercício. Analogamente, embora seja melhor fazer uma tese sobre um tema que nos agrade, ele é secundário com respeito ao método de trabalho e à experiência daí advinda.

Ainda mais: trabalhando-se bem, não existe tema que seja verdadeiramente estúpido. Conclusões úteis podem ser extraídas de um tema aparentemente remoto ou periférico. A tese de Marx não foi sobre economia política, mas sobre dois filósofos gregos, Epicuro e Demócrito. E isso não foi um acidente de trabalho. Marx foi talvez capaz de analisar os problemas da história e da economia com a energia teórica que conhecemos exatamente porque aprendeu a pensar sobre os seus filósofos gregos. Diante de tantos estudantes que se iniciam com uma tese ambiciosíssima sobre Marx e acabam num escritório das grandes empresas capitalistas, é preciso rever os conceitos que se têm sobre utilidade, atualidade e empenho dos temas de tese.

1.4. QUATRO REGRAS ÓBVIAS

Pode acontecer que o candidato faça a tese sobre um tema imposto pelo professor. Tais coisas devem ser evitadas.

Não estamos nos referindo, evidentemente, aos casos em que o candidato busca o conselho do mestre. Aludimos antes ou àqueles em que a culpa é do professor (ver 2.7., "Como evitar que o relator se aproveite de você"), ou àqueles em que a culpa cabe ao candidato, privado de interesse e disposto a fazer mal qualquer coisa para se ver livre dela o mais depressa possível.

Ocupar-nos-emos daquelas situações em que se presume a existência de um candidato movido por certos interesses e um professor disposto a interpretar suas exigências.

Nestes casos, as regras para a escolha do tema são quatro:

1) *Que o tema responda aos interesses do candidato* (ligado tanto ao tipo de exame quanto às suas leituras, sua atitude política, cultural ou religiosa).
2) *Que as fontes de consulta sejam acessíveis*, isto é, estejam ao alcance material do candidato;
3) *Que as fontes de consulta sejam manejáveis*, ou seja, estejam ao alcance cultural do candidato;
4) *Que o quadro metodológico da pesquisa esteja ao alcance da experiência do candidato.*

Assim expostas, estas quatro regras parecem banais e resumíveis na norma "quem quer fazer uma tese deve fazer uma tese que esteja à altura de fazer". E, de fato, é exatamente assim, e sabe-se de teses dramaticamente abortadas justo porque não se soube colocar o problema inicial em termos tão óbvios[1].

Os capítulos que se seguem tentarão fornecer alguns conselhos para que a tese a ser feita seja uma tese que se saiba e se possa fazer.

1. Poderemos acrescentar uma quinta regra: *que o professor seja adequado*. Com efeito, há candidatos que, por razões de simpatia ou preguiça, querem fazer com o docente da matéria A uma tese que em verdade é da matéria B. O docente aceita (por simpatia, vaidade ou desatenção) e depois não se vê à altura de seguir a tese.

próxima aula

2. A Escolha do Tema

2.1. TESE MONOGRÁFICA OU TESE PANORÂMICA?

A primeira tentação do estudante é fazer uma tese que fale de muitas coisas. Interessado por literatura, seu primeiro impulso é escrever algo como *A Literatura Hoje*. Tendo de restringir o tema, escolherá *A Literatura Italiana do Pós-guerra aos Anos Sessenta.*

Teses desse tipo são perigosíssimas. Estudiosos bem mais velhos se sentem abalados diante de tais temas. Para quem tem vinte anos, o desafio é impossível. Ou elaborará uma enfadonha resenha de nomes e opiniões correntes ou dará à sua obra um corte original e se verá acusado de imperdoáveis omissões. O grande crítico contemporâneo Gianfranco Contini publicou em 1957 uma *Literatura Italiana dos Séculos* XVIII *e* XIX (Sansoni Accademia). Pois bem, caso se tratasse de uma tese ele seria reprovado, embora seu trabalho conte com 472 páginas impressas. De fato, poder-se-ia acusá-lo de descuido ou ignorância por não haver citado nomes que a maioria considera muito importantes ou de haver dedicado capítulos inteiros a autores considerados "menores" e breves notas de rodapé a autores tidos por "maiores". Naturalmente, tratando-se de um estudioso cujo preparo teórico e argúcia crítica são bem conhecidos, todos compreenderam que tais exclusões e desproporções eram propositais, e que a ausência era criticamente muito mais eloqüente do que uma página de crítica impiedosa e demolidora. Mas se a mesma brincadeira for feita por um estudante de vinte e dois anos, quem garantirá que em seu silêncio esteja muita malícia e que as omissões substituem páginas críticas escritas alhures – ou que o autor *sabia* escrever?

Em teses desse gênero, o estudante costuma acusar os membros da banca de não tê-lo compreendido, mas estes *não podiam* compreendê-lo, razão pela qual uma tese muito panorâmica constitui sempre um ato de

orgulho. Não que o orgulho intelectual – numa tese – deva ser condenado *a priori*. Pode-se mesmo dizer que Dante era um mau poeta: mas cumpre dizê-lo depois de pelo menos trezentas páginas de cerradas análises dos textos dantescos. Estas demonstrações, numa tese panorâmica, não podem ser feitas. Eis por que seria então oportuno que o estudante, em vez de *A Literatura Italiana do Pós-guerra aos Anos Sessenta*, escolhesse um título mais modesto.

Digo-lhes já qual seria a ideal: não *Os Romances de Fenoglio*, mas *As Diversas Redações de "Il partigiano Johnny"*. Enfadonho? É possível, mas como desafio é mais interessante.

Sobretudo ao se pensar bem, trata-se de um ato de velhacaria. Com uma tese panorâmica sobre a literatura de quatro décadas, o estudante se expõe a toda sorte de contestações possíveis. Poderá o relator, ou um simples membro da banca, resistir à tentação de alardear seu conhecimento de um autor menor não citado pelo estudante? Bastará que os membros da banca, consultando o índice, descubram três omissões para que o estudante se torne alvo de uma rajada de acusações, que farão sua tese parecer um conglomerado de coisas dispersas. Se, ao contrário, ele tiver trabalhado seriamente sobre um tema bastante preciso, estará às voltas com um material ignorado pela maior parte dos juízes. Não estou aqui sugerindo um truquezinho reles; talvez seja um truque, mas não reles, porque exige esforço. Acontece apenas que o candidato se mostra "esperto" diante de uma platéia menos esperta que ele e, visto ter-se esforçado para se tornar esperto, nada mais justo que gozar as vantagens de semelhante situação.

Entre os dois extremos da tese panorâmica sobre quatro décadas de literatura e da tese rigidamente monográfica sobre variantes de um texto curto existem muitos estados intermediários. Poder-se-ão, assim, determinar temas como *A Neovanguarda Literária dos Anos Sessenta*, ou *A Imagem das Langhe em Pavese a Fenoglio*, ou ainda *Afinidades e Diferenças em Três Autores "Fantásticos": Savinio, Buzzati e Landolfi*.

Passando às faculdades científicas, damos um conselho aplicável a todas as matérias:

O tema *Geologia*, por exemplo, é muito amplo. *Vulcanologia*, como ramo daquela disciplina, é também bastante abrangente. Os *Vulcões do México* poderiam ser tratados num exercício bom, porém um tanto superficial. Limitando-se ainda mais o assunto, teríamos um estudo mais valioso: *A História do Popocatepetl* (que um dos companheiros de Cortez deve ter escalado em 1519 e que só teve uma erupção violenta em 1702). Tema mais restrito, que diz respeito a um menor número de anos, seria *O Nascimento e a Morte Aparente do Paricutin* (de 20 de fevereiro de 1943 a 4 de março de 1952)[1].

1. C. W. Cooper e E. J. Robins, *The Term Paper-A Manual and Model*, Stanford, Stanford University Press, 4.ª ed., 1967, p. 3.

Aconselharia o último tema. Mas desde que, a esse ponto, o candidato diga tudo o que for possível sobre o maldito vulcão.

Há algum tempo, procurou-me um estudante que queria fazer sua tese sobre *O Símbolo no Pensamento Contemporâneo*. Era uma tese impossível. Eu, pelo menos, não sabia o que poderia ser "símbolo": esse termo muda de significado conforme o autor, e às vezes, em dois autores diferentes, pode querer dizer duas coisas absolutamente opostas. Não se esqueça que, por símbolo, os lógicos formais ou os matemáticos entendem expressões privadas de significado, e ocupar um lugar definido, uma função precisa, num dado cálculo formalizado (como os *a* e *b* ou *x* e *y* das fórmulas algébricas); enquanto outros autores entendem uma forma cheia de significados ambíguos, como ocorre nos sonhos, que podem referir-se a uma árvore, a um órgão sexual, ao desejo de prosperar etc. Como, pois, fazer uma tese com semelhante título? Seria preciso analisar todas as acepções do símbolo na cultura contemporânea, fazer uma lista que pusesse em evidência as afinidades e discrepâncias dessas acepções, esmiuçar se sob as discrepâncias não existe um conceito unitário fundamental, recorrente em cada autor e cada teoria, e se as diferenças não tornam incompatíveis entre si as teorias em questão. Pois bem, nenhum filósofo, lingüista ou psicanalista contemporâneo conseguiu ainda fazer uma obra dessa envergadura de modo satisfatório. Como poderá se sair melhor um estudante que mal começa a terçar armas e que, por precoce que seja, não tem mais de seis ou sete anos de leitura adulta nas costas? Poderia ele, ainda, fazer um discurso parcialmente inteligente, mas estaríamos de novo no mesmo caso da literatura italiana de Contini. Ou poderia propor uma teoria pessoal do símbolo, deixando de lado tudo quanto haviam dito os demais autores: no parágrafo 2.2, todavia, diremos quão discutível é essa escolha. Conversamos com o estudante em questão: seria o caso de elaborar uma tese sobre o símbolo em Freud e Jung, abandonando todas as outras acepções e confrontando unicamente as destes dois autores. Mas descobrimos que o estudante não sabia alemão (e sobre o problema do conhecimento de línguas estrangeiras voltaremos a falar no parágrafo 2.5). Decidiu-se então que ele se limitaria ao termo *O Conceito de Símbolo em Peirce, Frye e Jung*. A tese examinaria as diferenças entre três conceitos homônimos em outros tantos autores, um filósofo, um crítico e um psicólogo; mostraria como, em muitas análises sobre estes três autores, se cometem inúmeros equívocos, pois se atribui a um o significado usado por outro. Só no final, a título de conclusão hipotética, o candidato procuraria extrair um resultado para mostrar se e quais analogias existiam entre aqueles três conceitos homônimos, aludindo também a outros autores de seu conhecimento, dos quais, por explícita limitação do tema, não queria e não podia ocupar-se. Ninguém poderia dizer-lhe que não levara em conta o autor *k*, porque a tese era sobre *x*, *y* e *z*, nem que citara o autor *j* apenas em tradução, pois se tratara de simples menção, para concluir, ao passo que a tese pretendia estudar amplamente e no original unicamente os três autores citados no título.

Eis aí como uma tese panorâmica, sem se tomar rigorosamente monográfica, se reduzia a um meio termo, aceitável por todos.

Fique claro, ainda, que o termo "monográfico" pode ter uma acepção mais vasta que a usada aqui. Uma monografia é a abordagem de um só tema, como tal se opondo a uma "história de", a um manual, a uma enciclopédia. Daí ser também monográfico um tema como *O Tema do "Mundo às Avessas" nos Escritores Medievais.* Muitos são os escritores analisados, mas apenas do ponto de vista de um tema específico (isto é, da hipótese imaginária, proposta a título de exemplo, de paradoxo ou de fábula, de que os peixes voam, os pássaros nadam etc.). Se bem executado, esse trabalho poderia dar uma ótima monografia. Mas, para tanto, é preciso levar em conta todos os escritores que trataram o tema, em especial os menores, aqueles de quem ninguém se lembra. Assim, tal tese se classificaria como monográfico-panorâmica e seria dificílima: exigiria uma infinidade de leituras. Caso se pretendesse fazê-la de qualquer modo, seria então forçoso restringir o campo: *O Tema do "Mundo às Avessas" nos Poetas Carolíngios.* Um campo restringe-se quando se sabe o que conservar e o que escoimar.

Claro está que é muito mais excitante fazer a tese panorâmica, pois que antes de tudo parece aborrecido ocupar-se durante um, dois ou três anos sempre do mesmo autor. Mas deve-se ter em mente que fazer uma tese rigorosamente monográfica não significa perder de vista o panorama. Fazer uma tese sobre a narrativa de Fenoglio significa ter presente o realismo italiano, não deixar de ler Pavese ou Vittorini, bem como analisar escritores americanos lidos e traduzidos por Fenoglio. Só explicamos e entendemos um autor quando o inserimos num panorama. Mas uma coisa é usar um panorama como pano de fundo, e outra elaborar um quadro panorâmico. Uma coisa é pintar o retrato de um cavalheiro sobre o fundo de um campo cortado por um regato, e outra pintar campos, vales e regatos. Tem de mudar a técnica, tem de mudar, em termos fotográficos, o foco. Partindo-se de um único autor, o panorama pode afigurar-se um tanto desfocado, incompleto ou de segunda mão.

Em suma, recordemos este princípio fundamental: *quanto mais se restringe o campo, melhor e com mais segurança se trabalha.* Uma tese monográfica é preferível a uma tese panorâmica. É melhor que a tese se assemelhe a um ensaio do que a uma história ou a uma enciclopédia.

2.2. TESE HISTÓRICA OU TESE TEÓRICA?

Essa alternativa só vale para algumas matérias. Com efeito, em disciplinas como história da matemática, filologia românica ou história da literatura alemã, uma tese só pode ser histórica. Em outras, como composição arquitetônica, física do reator nuclear ou anatomia comparada, fazem-se comumente teses teóricas ou experimentais. Mas há outras disciplinas, como filosofia teorética, sociologia, antropologia cultural, estética, filosofia do direito, pedagogia e direito internacional, onde é possível fazer os dois tipos de tese.

Uma tese teórica é aquela que se propõe atacar um problema abstrato, que pode já ter sido ou não objeto de outras reflexões: natureza da vontade humana, o conceito de liberdade, a noção de papel social, a existência de Deus, o código genético. Enumerados assim, estes temas fazem imediatamente sorrir, pois se pensa naqueles tipos de abordagem a que Gramsci chamava "breves acenos ao universo". Insignes pensadores, contudo, se debruçaram sobre esses temas. Mas, afora raras exceções, fizeram-no como conclusão de um trabalho de meditação de várias décadas.

Nas mãos de um estudante com experiência científica necessariamente limitada, tais temas podem dar origem a duas soluções. A primeira (que é ainda a menos trágica) é fazer a tese definida (no parágrafo anterior) como "panorâmica". É tratado o conceito de papel social, mas em diversos autores. E, a este respeito, valem as observações já feitas. A segunda solução preocupa mais, porque o candidato presume poder resolver, no âmbito de umas poucas páginas, o problema de Deus e da definição de liberdade. Minha experiência me diz que os estudantes que escolhem temas do gênero acabam por fazer teses brevíssimas, destituídas de apreciável organização interna, mais próximas de um poema lírico que de um estudo científico. E, geralmente, quando se objeta ao candidato que o discurso está demasiado personalizado, genérico, informal, privado de verificações historiográficas e citações, ele responde que não foi compreendido, que sua tese é muito mais inteligente que outros exercícios de banal compilação. Isto pode ser verdade; contudo, ainda uma vez, a experiência ensina que quase sempre essa resposta provém de um candidato com idéias confusas, sem humildade científica nem capacidade de comunicação. O que se deve entender por humildade científica (que não é uma virtude dos fracos, mas, ao contrário, uma virtude das pessoas orgulhosas) será dito no parágrafo 4.2.4. É certo que não se pode excluir que o candidato seja um gênio que, com apenas 22 anos, tenha compreendido tudo, e é evidente que estou admitindo esta hipótese sem qualquer sombra de ironia. Sabe-se que quando um gênio desses surge na face da Terra a humanidade não toma consciência dele de uma hora para outra; sua obra é lida e digerida durante alguns anos antes que se descubra a sua grandeza. Como pretender que uma banca ocupada em examinar não uma, mas inúmeras teses, se aperceba imediatamente da magnitude desse corredor solitário?

Mas suponhamos a hipótese de o estudante estar cônscio de ter compreendido um problema capital: dado que nada provém do nada, ele terá elaborado seus pensamentos sob a influência de outros autores. Transforma então sua tese teórica em tese historiográfica, isto é, deixa de lado o problema do ser, a noção de liberdade ou o conceito de ação social, para desenvolver temas como *O Problema do Ser no Primeiro Heidegger, A Noção de Liberdade em Kant* ou *O Conceito de Ação Social em Parsons.*

Se tiver idéias originais, estas virão à tona também no confronto com as idéias do autor tratado: muita coisa nova se pode dizer sobre a liberdade estudando-se a maneira como outro a abordou. E, se quiser, aquilo que deveria ser a tese teorética do candidato se tornará o capítulo final de sua tese historiográfica. O resultado será que todos poderão controlar o que ele disse, pois os conceitos (referidos a um pensador precedente) que põe em jogo serão publicamente controláveis. É difícil mover-se no vácuo e instituir um discurso *ab initio*. Cumpre encontrar um ponto de apoio, principalmente para problemas tão vagos como a noção de ser ou de liberdade. Mesmo para o gênio, e sobretudo para ele, nada há de humilhante em partir de outro autor, pois isto não significa fetichizá-lo, adorá-lo, ou reproduzir sem crítica as suas afirmações; pode-se partir de um autor para demonstrar seus erros e limitações. A questão é ter um ponto de apoio. Os medievais, com seu exagerado respeito pela autoridade dos autores antigos, diziam que os modernos, embora ao seu lado fossem "anões", apoiando-se neles tornavam-se "anões em ombros de gigantes", e, deste modo, viam mais além do que seus predecessores.

Todas essas observações não são válidas para matérias aplicadas e experimentais. Numa tese de psicologia a alternativa não é entre *O Problema da Percepção em Piaget* e *O Problema da Percepção* (ainda que algum imprudente quisesse propor um tema tão genericamente perigoso). A alternativa para a tese historiográfica é, antes, a tese experimental: *A Percepção das Cores em um Grupo de Crianças Retardadas*. Aqui, o discurso muda, pois há o direito de enfrentar experimentalmente uma questão a fim de obter um método de pesquisa e trabalhar em condições razoáveis de laboratório, com a devida assistência. Mas um estudioso experimental imbuído de coragem não começa a controlar a reação de seus temas sem antes haver executado pelo menos um trabalho panorâmico (exame de estudos análogos já feitos), porquanto de outra forma se arriscaria a descobrir a América, e demonstrar algo já amplamente demonstrado ou a aplicar métodos que já se revelaram falíveis (embora possa constituir objeto de pesquisa o novo controle de um método que ainda não tenha dado resultados satisfatórios). Portanto, uma tese de caráter experimental não pode ser feita com recursos inteiramente próprios, nem o método pode ser inventado. Mais uma vez se deve partir do princípio de que, se for um anão inteligente, é melhor subir aos ombros de um gigante qualquer, mesmo se for de altura modesta, ou mesmo de outro anão. Haverá sempre ocasião de caminhar por si mesmo, mais tarde.

2.3. TEMAS ANTIGOS OU TEMAS CONTEMPORÂNEOS?

Enfrentar essa questão é como reavivar a antiga *querelle des anciens et des modernes*... Com efeito, o problema inexiste em muitas disciplinas (se bem que uma tese de história da literatura latina possa tratar tão bem de Horácio como da situação dos estudos horacianos nas duas últimas décadas). Em compensação, é por demais evidente que, quando alguém se forma em história da literatura italiana contemporânea, não haja alternativa.

Todavia, não é raro o caso do estudante que, aconselhado pelo professor de literatura italiana a fazer sua tese sobre um petrarquiano quinhentista ou sobre um árcade, prefira temas como Pavese, Bassani, Sanguineti. Muitas vezes essa escolha nasce de uma autêntica vocação e é difícil contestá-la. Outras provêm da falsa impressão de que um autor contemporâneo é mais fácil e agradável.

Digamos desde já que *o autor contemporâneo é sempre mais difícil*. É certo que geralmente existe uma bibliografia mais reduzida, os textos são de mais fácil acesso, a primeira fase da documentação pode ser consultada à beira-mar com um bom romance nas mãos, em vez de fechado numa biblioteca. Mas ou se faz uma tese remendada, simplesmente repetindo o que disseram outros críticos e então não há mais nada a dizer (e, se quisermos, podemos fazer uma tese ainda mais remendada sobre um petrarquiano quinhentista), ou se faz algo de novo, e então apercebemo-nos de que sobre o autor antigo existem pelo menos esquemas interpretativos seguros aos quais podemos nos referir, enquanto para o autor moderno as opiniões ainda são vagas e contraditórias, a nossa capacidade crítica é falseada pela falta de perspectiva e tudo se torna extremamente difícil.

É fora de dúvida que o autor antigo impõe uma leitura mais fatigante, uma pesquisa bibliográfica mais atenta, mas os títulos são menos dispersos e existem quadros bibliográficos já completos. Contudo, se a tese for entendida como a ocasião para aprender a elaborar uma pesquisa, o autor antigo coloca maiores obstáculos.

Se, além disso, o estudante inclinar-se para a crítica contemporânea, pode a tese constituir-se na derradeira oportunidade de um confronto com a literatura do passado, para exercitar o próprio gosto e a capacidade de leitura. Eis por que não se deve deixar escapar semelhante oportunidade. Muitos dos grandes escritores contemporâneos, mesmo de vanguarda, jamais fizeram teses sobre Montale ou Pound, mas sobre Dante ou Foscolo. Não há, decerto, regras precisas, e um valente pesquisador pode levar a cabo uma análise histórica ou estilística sobre um autor contemporâneo com a mesma acuidade e exatidão filológica exigidas para um autor antigo.

Por outro lado, o problema varia de disciplina para disciplina. Em filosofia, uma tese sobre Husserl coloca mais entraves do que uma sobre Descartes, invertendo-se a relação de "facilidade" e "leitura": lê-se melhor Pascal que Carnap.

Por isso o único conselho que me sinto capaz de fornecer é *trabalhe sobre um contemporâneo como se fosse um antigo, e vice-versa*. Será mais agradável e você fará um trabalho mais sério.

2.4. QUANTO TEMPO É REQUERIDO PARA SE FAZER UMA TESE?

Digamo-lo desde já: *não mais de três anos e não menos de seis meses*. *Não mais de três anos* porque, se nesse prazo não se conseguiu circunscrever o tema e encontrar a documentação necessária, uma destas três coisas terá acontecido:

1) escolhemos a tese errada, superior às nossas forças;
2) somos do tipo incontentável, que deseja dizer tudo, e continuamos a martelar a tese por vinte anos, ao passo que um estudioso hábil deve ser capaz de ater-se a certos limites, embora modestos, e dentro deles produzir algo de definitivo;
3) fomos vítimas da "neurose da tese": deixamo-la de lado, retomamo-la, sentimo-nos irrealizados, entramos num estado de depressão, valemo-nos da tese como álibi para muitas covardias, não nos formamos nunca.

Não menos de seis meses porque, ainda que se queira apresentar o equivalente a um bom ensaio de revista com não mais de sessenta laudas, entre o plano de trabalho, a pesquisa bibliográfica, a coleta de documentos e a execução do texto passam facilmente seis meses. Por certo, um estudioso mais maduro consegue escrever um ensaio em tempo menor: mas conta com uma retaguarda de anos e anos de leitura e conhecimentos, que o estudante precisa edificar do nada.

Quando se fala em seis meses ou três anos, pensa-se naturalmente não no tempo da redação definitiva, que pode levar um mês ou quinze dias, segundo o método adotado; pensa-se naquele período entre o surgimento da primeira idéia da tese a sua apresentação final. Pode suceder, também, que o estudante trabalhe efetivamente na tese durante um ano apenas, mas aproveitando as idéias e as leituras que, sem saber onde chegaria, acumulara nos dois anos precedentes.

O ideal, a meu ver, seria *escolher a tese* (com o auxílio do respectivo orientador) *por volta do final do segundo ano de estudos*. A esta altura, o estudante já está mais familiarizado com as diversas matérias, inteirado do tema, das dificuldades etc. Uma escolha tão tempestiva não é nem comprometedora nem irremediável. Tem-se ainda muito tempo pela frente para compreender que a idéia não era boa e mudar o tema, o orientador e até a disciplina. E convém não esquecer que gastar um ano inteiro numa tese sobre literatura grega para depois perceber que em realidade se prefere uma sobre história contemporânea não significa total perda de tempo: ter-se-á ao menos aprendido a formar uma bibliografia básica, a fichar um texto e organizar um sumário. Recorde-se o que foi dito em 1.3: uma tese serve sobretudo para ensinar e coordenar idéias, independentemente do tema tratado.

Escolhendo, assim, a tese aí pelo fim do segundo ano do curso, tem-se um bom prazo para dedicar à pesquisa e mesmo a viagens de estudo. Pode-se ainda escolher os programas dos exames *com vistas à tese*. É claro que, se fizer uma tese de psicologia experimental, seria difícil conciliá-la com um exame de literatura latina; mas em muitas outras disciplinas de caráter filosófico e sociológico é possível chegar-se a um acordo com o professor sobre alguns textos talvez em substituição dos prescritos, que façam inserir a matéria do exame no âmbito do interesse dominante. Quando isto é possível sem contorsionismos dialéticos ou truques pueris, um mestre inteligente preferirá sempre que o aluno prepare um exame "motivado" e orientado em vez de um exame casual, forçado, sem paixão, objetivando tão-só superar um obstáculo irremovível.

Escolher a tese no fim do segundo ano significa, pois, ter o tempo suficiente para se formar no prazo ideal.

Mas nada impede que a tese seja escolhida antes. Nem depois, se aceitar a idéia de gastar mais algum tempo no curso. Nada, porém, aconselha a escolhê-la demasiado tarde.

Até porque uma boa tese deve ser discutida passo a passo com o orientador, nos limites do possível. E não para lisonjear o mestre, mas porque escrever uma tese é como escrever um livro, é um exercício de comunicação que presume a existência de um público: e o orientador é a única amostra de público competente à disposição do aluno no curso de seu trabalho. Uma tese de última hora obriga o orientador a devorar rapidamente os capítulos ou a obra já pronta. Caso a veja no último momento e não goste, poderá criar dificuldades ao candidato na banca examinadora, com resultados bem desagradáveis. Desagradáveis também para ele, que nunca deveria chegar à banca com uma tese que não lhe agrade. Isso é motivo de descrédito para qualquer orientador. Se este perceber que as coisas vão mal, deve aconselhar o candidato a partir para uma nova tese ou esperar um pouco. Caso o estudante, apesar dos conselhos, achar que o orientador está errado ou que o tempo lhe é adverso, ver-se-á da mesma maneira às voltas com uma discussão tempestuosa, mas ao menos estará prevenido.

De todas essas observações, deduz-se que a tese de seis meses, mesmo admitida a título de mal menor, não representa de forma alguma o *optimum* (a menos que, como se disse, o tema escolhido nos últimos seis meses permita a utilização da experiência adquirida nos anos precedentes).

Todavia, há casos que precisam ser solucionados em seis meses. É então que se deve procurar um tema capaz de ser abordado de maneira séria e digna em tão reduzido lapso de tempo. Gostaria que todo esse discurso não fosse tomado em sentido muito "comercial", como se estivéssemos vendendo "teses de seis meses" ou "teses de seis anos", a preços diferentes e para qualquer tipo de cliente. Mas não resta dúvida que é possível ter uma boa tese de seis meses.

Seus requisitos são:

1) o tema deve ser circunscrito;
2) o tema deve ser, se possível, atual, não exigindo bibliografia que remonte aos gregos; ou deve ser tema marginal, sobre o qual pouca coisa foi escrita;
3) todos os documentos devem estar disponíveis num local determinado, onde a consulta seja fácil.

Vamos a alguns exemplos. Se escolho para tema *A Igreja de Santa Maria do Castelo de Alessandria*, posso esperar encontrar tudo o que preciso para reconstruir a história e as peripécias das restaurações na biblioteca municipal de Alessandria e nos arquivos locais. Digo "posso esperar" porque estou fazendo uma hipótese, e ponho-me na situação do estudante que procura fazer uma tese de seis meses. Antes, porém, de ir avante com o projeto, devo informar-me para verificar se tal hipótese é válida. E mais: deverei ser um estudante que mora na província italiana de Alessandria; se moro em Caltanissetta, terei tido uma péssima idéia. E há outro "mas". Caso haja alguns documentos disponíveis, mas na forma de manuscritos medievais inéditos, deverei conhecer um pouco de paleologia, isto é, dispor de uma técnica de leitura e decifração de manuscritos. E eis que o tema, que parecia tão fácil, se torna difícil. Se, pelo contrário, descubro que tudo já foi publicado, pelo menos a partir do século XVIII, sinto-me mais seguro.

Outro exemplo. Raffaele La Capria é um escritor contemporâneo que escreveu apenas três romances e um livro de ensaios. Todos foram publicados pelo mesmo editor, Bompiani. Imaginemos uma tese com o título *A Obra de Raffaele La Capria e a Crítica Italiana Contemporânea.* Como todo editor costuma ter, em seus arquivos, recortes de jornais com todos os artigos e críticas publicados sobre o autor, posso esperar que umas poucas idas à editora, em Milão, bastem para um fichamento da totalidade dos textos que me interessam. Ademais, o autor está vivo, posso escrever-lhe ou entrevistá-lo, obtendo outras indicações bibliográficas e, com toda certeza, fotocópias dos textos desejados. Naturalmente, um dado ensaio crítico me remeterá a outros autores a que La Capria é comparado ou contraposto. O campo se dilata um pouco, mas de modo razoável. Além disso, se escolhi La Capria, é porque já tinha algum interesse pela literatura italiana contemporânea, sem o que minha decisão teria sido tomada cínica, fria e arriscadamente ao mesmo tempo.

Outra tese de seis meses: *A Interpretação da Segunda Guerra Mundial nos Livros para o Curso Secundário dos Últimos Cinco Anos.* Talvez seja um pouco complicado assinalar todos os livros de história em circulação, mas as editoras de livros didáticos não são tantas assim. Com os textos e as fotocópias à mão, descobre-se que o trabalho ocupará poucas páginas e que a comparação pode ser feita, e bem, em pouco tempo. Naturalmente, não se pode julgar a maneira como um livro aborda a Segunda Guerra Mundial sem um confronto entre esse discurso específico e o quadro histórico geral que o livro oferece; exige-se, pois, um trabalho mais aprofundado. Também não se pode começar sem antes adotar como parâmetro uma meia dúzia de histórias sérias da Segunda Guerra Mundial. Mas é claro que se eliminássemos todas essas formas de controle crítico, a tese poderia ser feita não em seis meses, mas numa semana, e então já não seria uma tese, porém um artigo de jornal – arguto e brilhante até, mas incapaz de documentar a capacidade de pesquisa do candidato.

Caso se queira fazer uma tese de seis meses gastando apenas uma hora por dia, então é inútil continuar a discutir. Lembremos os conselhos dados no parágrafo 1.2. Copiem uma tese qualquer e pronto.

2.5. É NECESSÁRIO SABER LÍNGUAS ESTRANGEIRAS?

Este parágrafo não se dirige àqueles que preparam teses sobre línguas ou literaturas estrangeiras. Com efeito, é absolutamente desejável que eles conheçam a língua *sobre a qual* vão discorrer. Igualmente desejável seria que, no caso de uma tese sobre um autor francês, ela fosse escrita em francês. Acontece isso em muitas universidades estrangeiras, e é justo.

Mas figuremos o problema daqueles que preparam teses em filosofia, sociologia, direito, ciências políticas, história, ciências naturais. Há sempre a necessidade de ler um livro escrito em outra língua, mesmo que a tese trate de Dante ou do Renascimento, pois ilustres estudiosos desses temas escreveram em inglês ou alemão.

Em casos como esse, geralmente se aproveita a oportunidade da tese para começar o aprendizado de uma língua estrangeira. Motivados pelo tema e com um pouco de esforço começa-se a compreender qualquer coisa. Muitas vezes é assim que se aprende uma língua. Via de regra não se chega a falá-la, mas consegue-se lê-la com muita proficiência. O que é melhor do que nada.

Se sobre um dado assunto existe apenas *um* livro em alemão e o candidato não sabe alemão, o problema poderá ser resolvido pedindo-se a alguém que o saiba para ler alguns capítulos considerados mais importantes: será mais honesto não se basear muito naquele livro, que, não obstante, poderá ser legitimamente inserido na bibliografia, pois foi efetivamente consultado.

Mas todos estes problemas são secundários. O problema principal é: *preciso escolher uma tese que não implique o conhecimento de línguas que não sei ou que não estou disposto a aprender.* Muitas vezes escolhe-se uma tese ignorando os riscos que se vai correr. Examinemos alguns elementos imprescindíveis:

1) *Não se pode fazer uma tese sobre um autor estrangeiro se este não for lido no original.* A coisa parece evidente ao se tratar de um poeta, mas muitos supõem que para uma tese sobre Kant, Freud ou Adam Smith tal

precaução é desnecessária. Mas não o é, e por duas razões: nem sempre se traduziram *todas* as obras daquele autor, e às vezes o desconhecimento de um escrito menor compromete a compreensão de seu pensamento ou de sua formação intelectual; em seguida, a maior parte da bibliografia sobre determinado autor está escrita em sua própria língua, e, se ele é traduzido, o mesmo pode não suceder a seus intérpretes; por fim, nem sempre as traduções fazem justiça ao pensamento do autor, e fazer uma tese significa exatamente redescobrir esse pensamento original lá onde as traduções e divulgações de todo livro o falsearam; fazer uma tese significa ir além das fórmulas popularizadas pelos manuais escolares, do tipo "Foscolo é clássico e Leopardi é romântico", ou "Platão é idealista e Aristóteles é realista", ou ainda "Pascal defende o coração e Descartes a razão".

2) *Não se pode fazer uma tese sobre determinado assunto se as obras mais importantes a seu respeito foram escritas numa língua que ignoramos.* Um estudante que soubesse bem o alemão e nada do francês não estaria à altura, hoje, de discorrer sobre Nietzsche, que, não obstante, escreveu em alemão, e isso porque, de dez anos para cá, algumas das mais interessantes revalorizações de Nietzsche foram compostas em língua francesa. O mesmo vale para Freud: seria difícil reler o mestre vienense sem levar em conta o trabalho dos revisionistas americanos e dos estruturalistas franceses.

3) *Não se pode fazer uma tese sobre um autor ou sobre um tema lendo apenas as obras escritas nas línguas que conhecemos.* Quem nos assegura que a obra decisiva não está escrita na única língua que ignoramos? Sem dúvida, considerações dessa espécie podem conduzir-nos à neurose, e convém avançar com bom-senso. Há regras de exatidão científica segundo as quais é lícito, se sobre um autor inglês foi escrita qualquer coisa em japonês, advertir que se sabe da existência daquele estudo, mas que ele não foi lido. Esta "licença de ignorar" se estende, em regra geral, às línguas não-ocidentais e eslavas, de modo que muitos estudos sobre Marx, bastante sérios, admitem não se ter tomado conhecimento das obras escritas em russo. Em casos assim, entretanto, o estudioso honesto sempre poderá saber (e demonstrá-lo) o que disseram em síntese aquelas obras, pois existem excertos e alusões disponíveis. Geralmente, as revistas científicas soviéticas, búlgaras, tchecoslovacas, israelenses etc. fornecem sumários de seus artigos em inglês ou francês. Assim, mesmo trabalhando com um autor francês, pode não ser necessário saber o russo, mas é indispensável ler pelo menos o inglês, para superar os obstáculos.

Conclui-se, pois, que antes de estabelecer o tema de uma tese é preciso dar uma olhada na bibliografia existente e avaliar se não existem dificuldades lingüísticas significativas.

Alguns casos são *a priori* evidentes. É impensável partir para uma tese sobre filologia grega sem saber o alemão, pois é nessa língua que estão escritos alguns dos mais importantes estudos sobre a matéria.

Como quer que seja, a tese se presta a um aprendizado ligeiro da terminologia geral nas línguas ocidentais, pois mesmo que não se saiba ler o russo, pode-se ao menos reconhecer os caracteres cirílicos e descobrir se um dado livro trata de arte ou de ciência. Aprende-se o alfabeto cirílico numa assentada, e saber que *iskusstvo* significa arte e *nauka* ciência é mera questão de comparar títulos. Não é preciso ficar assustado; a tese deve ser entendida como uma ocasião única para fazer alguns exercícios que nos servirão por toda a vida.

Tais observações não levam em conta o fato de que o melhor a fazer, caso se imponha o confronto com uma bibliografia estrangeira, é arrumar as malas e passar algum tempo no país em questão. Tal solução seria dispendiosa, e procuramos aqui dar conselhos também aos estudantes carentes de recursos.

Admitamos, portanto, uma derradeira hipótese, a mais conciliadora. Suponhamos um estudante interessado no problema da percepção visual aplicada à temática da arte. Ele *não conhece línguas estrangeiras e não tem tempo de aprendê-las* (ou tem bloqueios psicológicos: há pessoas que aprendem o sueco em uma semana e outras que não conseguem falar razoavelmente o francês em dez anos). Ademais, por motivos econômicos, deve apresentar uma tese de seis meses. Todavia está sinceramente interessado naquele assunto, quer concluir a faculdade para começar a trabalhar e espera um dia retomar o tema e aprofundá-lo mais calmamente. Devemos também pensar nesse estudante.

Pois bem, ele pode propor-se um tema do tipo *Os Problemas da Percepção Visual em suas Relações com as Artes Figurativas em alguns Autores Contemporâneos.* Será oportuno, antes de tudo, traçar um quadro da problemática psicológica no tema, assunto sobre o qual abundam obras traduzidas para o italiano, desde *Olho e Cérebro,* de Gregory, aos textos maiores da psicologia da forma e da psicologia transacional. Depois, pode-se enfocar a temática de três autores: Arnheim para a abordagem gestáltica, Gombrich para a semiótico-informacional e Panowsky para os ensaios sobre perspectiva do ponto de vista iconológico. Estes três autores debatem a fundo, e sob ópticas diversas, a relação entre naturalidade e "culturalidade" da percepção das imagens. Para situá-los num fundo panorâmico, existem algumas obras auxiliares, como as de Gillo Dorfles. Uma vez traçadas essas três perspectivas, o estudante poderá também tentar reler os dados problemáticos obtidos à luz de uma obra de arte particular, talvez propondo novamente uma interpretação já clássica (por exemplo, o modo como Longhi analisa Piero della Francesca) e enriquecendo-a com os dados mais "contemporâneos" que recolheu. O produto acabado não terá nada de original, ficando a meio caminho entre a tese panorâmica e a tese monográfica, mas terá sido possível elaborá-lo com base em traduções italianas. O estudante não será reprovado por não ter lido Panowsky *inteiro,* ou mesmo o material disponível em alemão ou inglês, pois a tese não é *sobre* Panowsky, mas sobre um problema onde o recurso a Panowsky é apenas eventual, à guisa de referência a certas questões.

Como ficou dito no parágrafo 2.1, esse tipo de tese não é o mais aconselhável, por sujeitar-se à incompletude e à generalização: insistimos em que se trata de um exemplo de tese de seis meses para estudantes interessados em recolher com urgência dados preliminares acerca de um problema qualquer. É uma solução apressada, mas que pode ser resolvida de maneira pelo menos digna.

Em todo caso, não se sabendo outras línguas e na impossibilidade de aproveitar a preciosa ocasião da tese para aprendê-las, a solução mais razoável é trabalhar sobre um tema especificamente pátrio, que não remeta a literaturas estrangeiras, bastando o recurso a uns poucos textos já traduzidos. Assim, quem pretendesse falar dos *Modelos do Romance Histórico na Obra Narrativa de Garibaldi* deveria, é claro, ter algumas noções básicas sobre as origens do romance histórico e sobre Walter Scott (além, naturalmente, da polêmica oitocentista italiana sobre o mesmo tema), mas poderia encontrar algumas obras de consulta em língua italiana e, também nela, ao menos os livros mais famosos de Scott. Menores seriam ainda os problemas de um assunto como *A Influência de Guerrazzi na Cultura Renascentista Italiana.* Isso, é óbvio, sem jamais partir de otimismos preconcebidos, sendo ainda conveniente investigar bem a bibliografia para ver quais autores estrangeiros trataram tal tema.

2.6. TESE "CIENTÍFICA" OU TESE POLÍTICA?

Após a contestação estudantil de 1968, frutificou a opinião de que não se devem fazer teses "culturais" ou livrescas, mas teses diretamente ligadas a interesses políticos e sociais. Se tal é o caso, então o título deste parágrafo é provocador e equívoco, pois faz pensar que uma tese "política" não é "científica". Ora, fala-se freqüentemente nas universidades em ciência, cientificismo, pesquisa científica, valor científico de um trabalho, e semelhantes termos podem ensejar equívocos involuntários, seja por mistificação ou por suspeitas ilícitas de mumificação da cultura.

2.6.1. *Que é a cientificidade?*

Para alguns, a ciência se identifica com as ciências naturais ou com a pesquisa em bases quantitativas: uma pesquisa não é científica se não for conduzida mediante fórmulas e diagramas. Sob este ponto de vista, portanto, não seria científica uma pesquisa a respeito da moral em Aristóteles; mas também não o seria um estudo sobre consciência de classe a levantes camponeses por ocasião da reforma protestante. Evidentemente, não é esse o sentido que se dá ao termo "científico" nas universidades. Tentemos, pois, definir a que título um trabalho merece chamar-se científico em sentido lato.

O modelo poderá muito bem ser o das ciências naturais tal como foram apresentadas desde o começo do século. Um estudo é científico quando responde aos seguintes requisitos:

1) O estudo debruça-se sobre um *objeto reconhecível e definido de tal maneira que seja reconhecível igualmente pelos outros.* O termo objeto não tem necessariamente um significado físico. A raiz quadrada também é um objeto, embora ninguém jamais a tenha visto. A classe social é um objeto de estudo, ainda que algumas pessoas possam objetar que só se conhecem indivíduos ou médias estatísticas e não classes propriamente ditas. Mas, nesse sentido, nem a classe de todos os números inteiros superiores a 3725, de que um matemático pode muito bem se ocupar, teria realidade física. Definir o objeto significa então definir as condições sob as quais podemos falar, com base em certas regras que estabelecemos ou que outros estabeleceram antes de nós. Se fixarmos regras com base nas quais um número inteiro superior a 3725 possa ser reconhecido onde quer que se encontre, teremos estabelecido as regras de reconhecimento de nosso objeto. É claro que surgirão problemas se, por exemplo, tivermos de falar de um ser fantástico, como o centauro, cuja inexistência é opinião geral. Temos aqui três alternativas. Em primeiro lugar, podemos falar dos centauros tal como estão representados na mitologia clássica, de modo que nosso objeto se torna publicamente reconhecível e identificável, porquanto trabalhamos com textos (verbais ou visuais) em que se fala de centauros. Tratar-se-á, então, de dizer quais as características que deve ter um ente de que fala a mitologia clássica para ser reconhecido como centauro.

Em segundo lugar, podemos ainda decidir levar a cabo uma pesquisa hipotética sobre as características que, num mundo possível (não o real), uma criatura viva *deveria* revestir para poder ser um centauro. Temos então de definir as condições de subsistência deste mundo possível, sem jamais esquecer que todo o nosso estudo se desenvolve no âmbito daquela hipótese. Caso nos mantenhamos rigorosamente fiéis à premissa original, estaremos à altura de falar num "objeto" com possibilidades de tornar-se objeto de pesquisa científica.

Em terceiro lugar, podemos concluir que já possuímos provas suficientes para demonstrar que os centauros existem de fato. Nesse caso, para constituirmos um objeto viável de discurso, deveremos coletar provas (esqueletos, fragmentos ósseos, fósseis, fotografias infravermelhas dos bosques da Grécia ou o mais que seja), para que também os outros concordem que, absurda ou correta, nossa hipótese apresenta algo sobre o qual se possa refletir.



Naturalmente, esse exemplo é paradoxal, e não creio que vá alguém fazer teses sobre centauros, em especial no que respeita a terceira alternativa; o que pretendi foi mostrar como se pode sempre constituir um objeto de pesquisa reconhecível publicamente sob certas condições. E, se pode

ser feito com centauros, por que não com noções como comportamento moral, desejos, valores ou a idéia de progresso histórico?

2) O estudo deve dizer do objeto *algo que ainda não foi dito* ou rever sob uma óptica diferente o que já se disse. Um trabalho matematicamente exato visando demonstrar com métodos tradicionais o teorema de Pitágoras não seria científico, uma vez que nada acrescentaria ao que já sabemos. Tratar-se-ia, no máximo, de um bom trabalho de divulgação, como um manual que ensinasse a construir uma casinha de cachorro usando madeira, pregos, serrote e martelo. Como já dissemos em 1.1., mesmo uma tese de *compilação* pode ser cientificamente útil na medida em que o compilador reuniu e relacionou de modo orgânico as opiniões já expressas por outros sobre o mesmo tema. Da mesma maneira, um manual de instruções sobre como fazer uma casinha de cachorro não constitui trabalho científico, mas uma obra que confronte e discuta todos os métodos conhecidos para construir o dito objeto já apresenta algumas modestas pretensões à cientificidade.

Apenas uma coisa cumpre ter presente: um trabalho de compilação só tem utilidade científica se ainda não existir nada de parecido naquele campo. Havendo já obras comparativas sobre sistemas de construção de casinhas de cachorro, fazer outra igual é pura perda de tempo, quando não plágio.

3) O estudo *deve ser útil aos demais*. Um artigo que apresente nova descoberta sobre o comportamento das partículas elementares é útil. Um artigo que narre como foi descoberta uma carta inédita de Leopardi e a transcreva na íntegra é útil. Um trabalho é científico se (observados os requisitos 1 e 2) acrescentar algo ao que a comunidade já sabia, e se todos os futuros trabalhos sobre o mesmo tema tiverem que levá-lo em conta, ao menos em teoria. Naturalmente, a importância científica se mede pelo grau de indispensabilidade que a contribuição estabelece. Há contribuições após as quais os estudiosos, se não as tiverem em conta, nada poderão dizer de positivo. E há outras que os estudiosos fariam bem em considerar, mas, se não o fizerem, o mundo não se acabará. Recentemente, publicaram-se cartas que James Joyce escreveu à esposa sobre picantes problemas sexuais. Por certo, quem estudar amanhã a gênese da personagem Molly Bloom no *Ulisses*, de Joyce, poderá valer-se do conhecimento de que, em sua vida privada, Joyce atribuía à esposa uma sensualidade vivaz e desenvolvida como a de Molly. Trata-se, portanto, de uma útil contribuição científica. Por outro lado, existem admiráveis interpretações do *Ulisses* onde a personagem Molly foi focalizada com exatidão sem o recurso àqueles dados. Trata-se, por conseguinte, de uma contribuição dispensável. Ao contrário, quando se publicou *Stephen Hero*, a primeira versão do romance de Joyce *Retrato do Artista quando Jovem*, todos concordaram que era fundamental tê-lo em conta para a compreensão do desenvolvimento do escritor irlandês. Era uma contribuição científica indispensável.

Analogamente, qualquer um poderia trazer à luz um daqueles documentos, freqüentemente ironizados, a propósito de rigorosíssimos filólogos alemães, chamados "notas de lavanderia". São textos de valor ínfimo, notas que o autor havia tomado das despesas a serem feitas naquele dia. Às vezes, dados deste gênero também são úteis, pois podem conferir um tom de humanidade sobre o artista, que todos supunham isolado do mundo, ou revelam que naquele momento ele vivia na mais extrema pobreza. Outras vezes, porém, nada acrescentam ao que já se sabia, constituem insignificantes curiosidades biográficas e carecem de qualquer valor científico, mesmo havendo pessoas que ganham fama de pesquisadores incansáveis trazendo à luz semelhantes ninharias. Não é que se deva desencorajar aqueles que se divertem fazendo tais pesquisas, mas não é possível falar aqui em progresso do conhecimento humano, sendo bem mais útil (se não do ponto de vista científico, pelo menos do pedagógico) escrever um bom livrinho de divulgação que conte a vida e fale das obras daquele autor.

4) O estudo *deve fornecer elementos para a verificação e a contestação das hipóteses apresentadas* e, portanto, para uma continuidade pública. Esse é um requisito fundamental. Posso tentar demonstrar que existem centauros no Peloponeso, mas para tanto devo: (a) fornecer provas (pelo menos um osso da cauda, como se disse); (b) contar como procedi para achar o fragmento; (c) informar como se deve fazer para achar outros; (d) dizer, se possível, que tipo de osso (ou outro fragmento qualquer) mandaria ao espaço minha hipótese, se fosse encontrado.

Desse modo, não só forneci as provas para minha hipótese, mas procedi de maneira a permitir que outros continuem a pesquisar, para contestá-la ou confirmá-la.

O mesmo sucede com qualquer outro tema. Suponhamos que eu faça uma tese para demonstrar que, num movimento extraparlamentar de 1969, havia dois componentes, um leninista e outro trotskista, embora se supusesse que ele fosse homogêneo. Devo apresentar documentos (panfletos, atas de assembléias, artigos, etc.) para demonstrar que tenho razão; terei de dizer como procedi para encontrar aquele material e onde o encontrei, de modo que outros possam continuar a pesquisar naquela direção; e devo mostrar ainda que critério adotei para atribuir o dito material probatório aos membros daquele grupo. Por exemplo, se o grupo desfez-se em 1970, preciso dizer o que considero expressão do grupo: apenas o material teórico produzido por seus membros até aquela data (mas, então, deverei mostrar quais os critérios que me levaram a considerar certas pessoas como membros do grupo: inscrição, participação em assembléias, suposições da polícia?), ou se considero também os textos produzidos pelos ex-membros do grupo após a sua dissolução, partindo do princípio de que, se eles expressaram depois aquelas idéias, isso significa que já as tinham em mente, talvez camufladas, durante o período ativista do grupo. Só assim fornecerei aos outros a possibilidade de encetar novas investigações e mostrar, por exemplo, que minhas observações estavam erradas

porque, digamos, não se podia considerar como membro do grupo um indivíduo que fazia parte dele segundo a polícia, mas que nunca fora reconhecido como tal pelos outros membros, a julgar pelos documentos disponíveis. Terei assim apresentado uma hipótese, provas e procedimentos de confirmação e contestação.

Escolhi de propósito temas bizarros justamente para demonstrar que os requisitos de cientificidade podem aplicar-se a qualquer tipo de pesquisa.

Tudo o que disse nos reporta à artificiosa oposição entre tese "científica" e tese "política". *Pode-se fazer uma tese política observando todas as regras de cientificidade necessárias.* Pode haver também uma tese que narre uma experiência de informação alternativa mediante sistemas audiovisuais numa comunidade operária: ela será científica na medida em que documentar, de modo público e controlável, a minha experiência e permitir a alguém refazê-la quer para obter os mesmos resultados, quer para descobrir que os meus haviam sido casuais e de fato não se deviam à minha intervenção, mas a outros fatores que não considerei.

O bom de um procedimento científico é que ele nunca faz os outros perderem tempo: até mesmo trabalhar na esteira de uma hipótese científica para depois descobrir que ela deve ser refutada significa ter feito algo positivo sob o impulso de uma proposta anterior. Se minha tese serviu para estimular alguém a começar novos experimentos de contra-informação entre operários (mesmo sendo ingênuas as minhas presunções), obtive qualquer coisa de útil.

Nesse sentido, vê-se que não existe oposição entre tese científica e tese política. Por um lado, pode-se dizer que todo trabalho científico, na medida em que contribui para o desenvolvimento do conhecimento geral, tem sempre um valor político positivo (tem valor negativo toda ação que tenda a bloquear o processo de conhecimento); mas, por outro, cumpre dizer que toda empresa política com possibilidade de êxito deve possuir uma base de seriedade científica.

E, como se viu, é possível fazer uma tese "científica" mesmo sem utilizar logaritmos e provetas.

2.6.2. *Temas histórico-teóricos ou experiências "quentes"?*

A esta altura, porém, nosso problema inicial se mostra reformulado: *será mais útil fazer uma tese de erudição ou uma tese ligada a experiências práticas, a empenhos sociais diretos?* Em outras palavras, é mais útil fazer uma tese que fale de autores célebres ou de textos antigos, ou uma tese que imponha uma intervenção direta na atualidade, seja sob o aspecto teórico (por exemplo, o conceito de exploração na ideologia neocapitalista) ou de ordem prática (por exemplo, estudo das condições da submoradia nos arredores de Roma)?

A pergunta é, por si mesma, ociosa. Cada um faz aquilo que lhe agrada, e se um estudante passou quatro anos debruçado sobre filologia românica, ninguém pode pretender que passe a se ocupar de barracos, tal como seria absurdo pretender um ato de "humildade acadêmica" da parte de quem passou quatro anos com Dando Dolci, pedindo-lhe uma tese sobre os *Reis de França.*

Mas suponhamos que a pergunta vise a um estudante em crise, a indagar-se para que lhe servem os estudos universitários e, em especial, a experiência da tese. Suponhamos que esse estudante tenha interesses políticos e sociais precisos e receie trair sua vocação dedicando-se a temas "livrescos".

Ora, estando já mergulhado numa experiência político-social que lhe permita entrever a possibilidade de fazer um discurso conclusivo, seria bom que ele se colocasse o problema de como abordar cientificamente sua experiência.

Porém, se tal experiência não foi feita, então me parece que a pergunta exprime apenas uma inquietude nobre, mas ingênua. Já dissemos que a experiência de pesquisa imposta por uma tese serve sempre para nossa vida futura (profissional ou política, tanto faz), e não tanto pelo tema escolhido quanto pela preparação que isso impõe, pela escola de rigor, pela capacidade de organização do material que ela requer.

Paradoxalmente, poderemos dizer que um estudante com interesses políticos não os trairá se fizer uma tese sobre a recorrência dos pronomes demonstrativos num escritor de botânica setecentista. Ou sobre a teoria do *impetus* na ciência antes de Galileu. Ou sobre geometrias não-euclidianas. Ou sobre os primórdios do direito eclesiástico. Ou sobre a seita mística dos Esicastos. Ou sobre medicina árabe medieval. Ou sobre o artigo do código de direito penal concernente à hasta pública.

Pode-se cultivar interesses políticos (sindicais, por exemplo) mesmo fazendo uma boa tese histórica sobre os movimentos operários do século passado. Pode-se entender as exigências contemporâneas de contra-informação junto às classes inferiores estudando o estilo, a difusão, as modalidades produtivas das xilografias populares no período renascentista.

E, caso queira ser polêmico, aconselharei ao estudante que até hoje só tenha se dedicado a atividades políticas e sociais precisamente uma dessas teses, e não o relato de suas próprias experiências diretas, pois é claro que o trabalho de tese será a derradeira ocasião para obter conhecimentos históricos, teóricos e técnicos, e para aprender sistemas de documentação (além de refletir a partir de uma base mais ampla sobre os pressupostos teóricos ou históricos do próprio trabalho político).

Trata-se, naturalmente, de uma opinião pessoal. E é por respeitar uma opinião diferente que me coloco no ponto de vista de quem, mergulhado numa atividade política, quiser acabar sua tese com esforço próprio e experiências próprias de atuação política ao redigir a obra.

Isto é possível, e os resultados podem ser ótimos: mas cumpre dizer algumas coisas, com clareza e severidade, em defesa da respeitabilidade de uma empresa deste tipo.

Sucede às vezes que o estudante atulha uma centena de páginas com o registro de folhetos, atas de discussões, listas de atividades, estatísticas porventura tomadas de empréstimo a trabalhos precedentes, e apresenta o resultado como "tese política". E também, por vezes, acontece de a banca examinadora, por preguiça, demagogia ou incompetência, considerar bom o trabalho. Mas, ao contrário, trata-se de uma palhaçada, não só pelos critérios universitários, como pelos políticos também. Há um modo sério e um modo irresponsável de fazer política. Um político que se decide por um plano de desenvolvimento sem possuir informações suficientes sobre a situação social é pouco mais que um truão, quando não um celerado. E pode-se prestar um péssimo serviço à causa política elaborando uma tese política destituída dos requisitos científicos.

Já dissemos em 2.6.1. que requisitos são esses e como são essenciais até para uma intervenção política séria. Certa vez, vi um estudante que prestava exames sobre problemas de comunicação de massa asseverar que fizera uma "pesquisa" sobre público de tv junto aos trabalhadores de uma dada zona. Na realidade interrogara, de gravador em punho, meia dúzia de gatos-pingados durante duas viagens de trem. Era natural que o que transpirava dessa transcrição de opiniões não fosse uma pesquisa. E não apenas porque não apresentava os requisitos de verificabilidade de uma pesquisa que se preze, mas também porque os resultados que daí se tiravam eram coisas que poderiam muito bem ser imaginadas sem necessidade de pesquisa alguma. Como exemplo, nada mais fácil que prever, numa mesa de botequim, que entre doze pessoas a maioria prefere assistir a uma partida de futebol em transmissão direta. Portanto, apresentar uma pseudopesquisa de trinta páginas para chegar a esse brilhante resultado é uma palhaçada. É, além do mais, um auto-engano para o estudante, que acredita ter obtido dados "objetivos" quando apenas comprovou, de maneira aproximada, suas próprias opiniões.

Ora, o risco de superficialidade existe especialmente para as teses de caráter político, e por duas razões: (a) porque numa tese histórica ou filológica existem métodos tradicionais de pesquisa a que o autor não pode se subtrair, enquanto para os trabalhos sobre fenômenos sociais em evolução muitas vezes o método precisa ser inventado (razão pela qual freqüentemente uma boa tese política é mais difícil que uma tranqüila tese histórica); (b) porque muita metodologia da pesquisa social "à americana" fetichizou os métodos estatístico-quantitativos, produzindo vastas pesquisas que não se prestam à compreensão dos fenômenos reais e, em conseqüência, muitos jovens politizados assumem uma atitude de desconfiança perante essa sociologia que, no máximo, é uma "sociometria", acusando-a de servir pura e simplesmente o sistema de que constituem a cobertura ideológica. No entanto, a reação a esse tipo de pesquisa leva às vezes a não se fazer pesquisa alguma, transformando a tese numa seqüência de panfletos, apelos ou assertivas meramente teóricas.

Como evitar esse risco? De muitas maneiras: analisando estudos "sérios" sobre temas semelhantes, não se metendo num trabalho de pesquisa social sem pelo menos ter acompanhado a atividade de um grupo com alguma experiência, munindo-se de alguns métodos de coleta e análise de dados, não presumindo fazer em poucas semanas trabalhos de pesquisa que comumente são longos e difíceis... Mas, como os problemas variam conforme os campos, o tema e a preparação do estudante – e não se podem dar conselhos genéricos –, limitar-me-ei a um exemplo. Escolherei um tema "novíssimo", para o qual não parece existirem precedentes de pesquisa, um tema de candente atualidade e incontestáveis conotações políticas, ideológicas e práticas – e que muitos professores tradicionalistas definiriam como "meramente jornalístico": o fenômeno das estações de rádio independentes.

2.6.3. *Como transformar um assunto de atualidade em tema científico?*

Sabemos que, nas grandes cidades, surgiram dezenas e dezenas dessas estações; que existem duas, três, quatro até nos centros com cem mil habitantes; que elas surgem em toda parte. Que são de natureza política ou comercial. Que têm problemas legais, mas que a legislação é ambígua e ainda em evolução, e, entre o momento em que escrevo (ou faço a tese) e o momento em que este livro for publicado (ou a tese for discutida), a situação já terá sido mudada.

Devo, pois, antes de tudo, delimitar com precisão o âmbito geográfico e cronológico do meu estudo. Poderá ser apenas *As Estações de Rádio Livres de 1975 a 1976*, desde que completo. Se eu decidir examinar apenas as emissoras de Milão, ótimo – mas que sejam todas! De outra forma, meu estudo será incompleto, pois terei talvez descurado as estações mais significativas quanto a programas, índices de audiência, formação cultural de seus animadores, alvos (periferia, bairros, centro).

Se decidir trabalhar sobre uma amostra nacional de trinta estações, isto seria perfeitamente válido: mas terei de estabelecer os critérios de escolha da amostra, e, se a realidade nacional for três emissoras comerciais para cada cinco políticas (ou uma de extrema direita para cada cinco de esquerda), não deverei escolher uma amostra de trinta estações onde vinte e nove são políticas e de esquerda (ou vice-versa), porque desse modo a imagem que dou do fenômeno refletirá meus desejos ou temores, e não a situação real.

Poderei ainda decidir (como no caso da tese sobre a existência de centauros num mundo possível) renunciar ao estudo sobre as emissoras tais quais são a propor, ao contrário, um projeto de emissora livre ideal. Mas, nesse caso, o projeto deve ser orgânico e realista, por um lado (não

posso pressupor a existência de equipamentos inexistentes ou inacessíveis a um grupo modesto e privado), e, por outro, não posso elaborar um projeto ideal sem levar em conta as tendências do fenômeno real, pelo que, neste caso ainda, um estudo preliminar sobre as rádios existentes é indispensável.

Em seguida, cabe-me tornar públicos os parâmetros de definição de "rádio livre", ou seja, tornar publicamente identificável o objeto do estudo.

Entendo por rádio livre apenas uma rádio de esquerda? Ou uma rádio montada por um pequeno grupo em situação semilegal no país? Ou uma rádio não dependente do monopólio, ainda que porventura se trate de uma rede articulada com propósitos meramente comerciais? Ou devo ter presente o parâmetro territorial e só considerar rádio livre uma rádio de San Marino ou de Monte Carlo? Como quer que seja, terei de explicar os meus critérios e explicar por que excluo certos fenômenos do campo de pesquisa. Obviamente, tais critérios precisam ser razoáveis e os termos que uso terão de ser definidos de modo não-equívoco: posso decidir que, para mim, são rádios livres apenas aquelas que exprimem uma posição de extrema esquerda; mas então devo levar em conta que, comumente, com o termo "rádio livre" se referem também outras rádios, e não posso ludibriar meus leitores, fazendo-lhes crer, ou que também falo delas, ou que elas não existem. Cumpre-me, em tal caso, especificar que contesto a designação "rádio livre" para as rádios que não quero examinar (mas a exclusão precisa ser justificada), ou escolher para as emissoras de que me ocupo um termo menos genérico.

Neste ponto preciso descrever a estrutura de uma rádio livre sob o aspecto organizacional, econômico, jurídico. Se em algumas delas trabalham profissionais em tempo integral e em outras militantes em sistema de rodízio, terei de construir uma tipologia organizativa. Deverei indagar se todos esses tipos possuem características comuns que sirvam para definir um modelo abstrato de rádio independente ou se o termo "rádio livre" cobre uma série multiforme de experiências muito diferentes. (É facilmente compreensível como o rigor científico dessa análise pode ser útil também para efeitos práticos, pois, se eu quiser montar uma rádio livre, deverei saber quais são as condições ideais para seu funcionamento.)

Para construir uma tipologia fidedigna, poderei, por exemplo, proceder à elaboração de uma tabela que considere todas as características possíveis em função das várias rádios que examino, tendo na vertical as características de uma dada rádio e na horizontal a freqüência estatística de uma dada característica. O exemplo seguinte destina-se meramente a orientar, e é de dimensões modestíssimas, no que respeita aos quatro parâmetros: presença de operadores profissionais, proporção música-fala, presença de publicidade e caracterização ideológica, aplicados a sete emissoras imaginárias.

Uma tabela assim revelaria, por exemplo, que a Rádio Pop é conduzida por um grupo não-profissional, com caracterização ideológica explícita, que transmite mais música que conversa e aceita publicidade. Ao mesmo tempo, dir-me-ia que a presença de publicidade e a preponderância da música sobre a fala não estão necessariamente em conflito com a caracterização ideológica, dado que encontramos pelo menos duas rádios nestas condições, enquanto só uma única com caracterização ideológica a preponderância da fala sobre a música. Por outro lado, não há *nenhuma* sem caracterização ideológica que não tenha publicidade e em que prevaleça a fala. E assim por diante. Essa tabela é puramente hipotética e considera poucos parâmetros e poucas emissoras: portanto, não permite tirar conclusões estatísticas seguras. Trata-se apenas de uma sugestão.

	Rádio Beta	*Rádio Gama*	*Rádio Delta*	*Rádio Aurora*	*Rádio Centro*	*Rádio Pop*	*Rádio Canal 100*
Operadores profissionais	–	+	–	–	–	–	–
Preponderância de música	+	+	–	+	+	+	+
Presença de publicidade	+	+	–	–	+	+	+
Caracterizada ideologicamente de modo explícito	+	–	+	+	–	+	–

Mas como se obtêm estes dados? As fontes são três: dados oficiais, declarações dos interessados e boletins de escuta.

Dados oficiais. São sempre os mais seguros, mas, no caso de rádios independentes, bastante raros. Via de regra, existe um registro junto ao órgão de segurança pública. Deve haver também, num tabelião qualquer, uma ata constitutiva da sociedade, ou algo assim, mas é pouco provável que possa ser consultada. Quando houver uma regulamentação mais precisa, outros dados estarão disponíveis, mas de momento isso é tudo. Lembremos, todavia, que dos dados oficiais fazem parte o nome, a faixa de transmissão e as horas de atividade. Uma tese que fornecesse pelo menos esses três elementos para todas as rádios constituiria já uma contribuição útil.

Declarações dos interessados. Aqui, são interrogados os responsáveis pelas emissoras. Tudo o que disserem constitui dados objetivos, desde que fique claro tratar-se *daquilo que disseram,* e desde que os critérios de obtenção das entrevistas sejam homogêneos. Será o caso de elaborar um questionário de modo que todos respondam a todos os temas julgados importantes, registrando-se sempre a recusa de responder a esta ou àquela pergunta. Não quer dizer que o questionário deva ser seco e conciso, à base do sim e não. Se todos os diretores fizerem uma declaração programática, o registro de todas estas declarações poderá constituir um documento útil. Que fique bem clara a noção de "dado objetivo" num caso

desse tipo. Se o diretor diz: "Não temos objetivos políticos e não somos financiados por ninguém", não significa que esteja dizendo a verdade; mas é um *dado objetivo* o fato de aquela pessoa apresentar-se publicamente com esse aspecto. No máximo poder-se-á refutar semelhante afirmativa por meio de uma análise crítica do conteúdo dos programas transmitidos pela emissora em questão. Com o que chegamos à terceira fonte informativa.

Boletins de escuta. É o aspecto da tese onde se pode assinalar a diferença entre trabalho sério e trabalho diletante. Conhecer a atividade de uma rádio independente significa tê-la acompanhado durante alguns dias – uma semana, digamos –, de hora em hora, elaborando uma espécie de "rádio-correio" que mostre o que é transmitido e quando, qual a duração dos programas, a quantidade de música e fala, quem participa dos debates, se existem e quais os assuntos tratados etc. Não se pode colocar na tese tudo quanto foi transmitido durante a semana, mas é possível recorrer àqueles elementos significativos (comentários sobre músicas, debates, modo de dar uma notícia) dos quais emerja um perfil artístico, lingüístico e ideológico da emissora em apreço.

Existem modelos de boletins de escuta, para rádio e televisão elaborados durante alguns anos pela ARCI de Bolonha, onde os ouvintes cronometravam a duração das notícias, a recorrência de certos termos, e assim por diante. Uma vez realizado este estudo com várias emissoras, poderemos proceder às comparações: por exemplo, como determinada canção ou notícia de atualidade foi apresentada por duas ou mais rádios diferentes.

Poderíamos ainda comparar os programas das emissoras monopolistas com os das rádios independentes: proporção música-fala, proporção notícia-entretenimento, proporção programas-publicidade, proporção música erudita-música popular, música nacional-música estrangeira, música popular tradicional-música popular de vanguarda etc. Como se vê, a partir de uma audiência sistemática, munidos de um gravador e de um lápis, podem-se tirar inúmeras conclusões que nem sempre se manifestariam nas entrevistas com os responsáveis.

Por vezes, o simples confronto entre diversos anunciantes (proporções entre restaurantes, cinemas, editoras etc.) pode nos dizer algo sobre as fontes de financiamento (de outra forma ocultas) de uma determinada rádio.

A única exigência é que não introduzamos impressões ou induções do tipo "se ao meio-dia transmitiu música *pop* e publicidade da Pan-American, então é uma emissora filo-americana", pois convém saber também o que foi transmitido a uma, às duas ou às três, na segunda, na terça e na quarta-feira.

Sendo muitas as emissoras, só temos dois caminhos: ou ouvir todas ao mesmo tempo, formando um grupo de escuta com tantos registradores quantas forem as rádios (solução mais séria, porquanto permite comparar as várias rádios numa mesma semana), ou ouvir uma por semana. Neste último caso, porém, é necessário trabalhar sozinho e ouvir uma rádio após outra sem tornar heterogêneo o período de escuta, que de maneira alguma pode cobrir o espaço de seis meses ou um ano, dado que neste campo as mutações são rápidas e freqüentes, e não teria sentido comparar os programas da Rádio Beta em janeiro com os da Rádio Aurora em agosto porque, entrementes, ninguém sabe o que aconteceu à Rádio Beta.

Admitindo-se que todo esse trabalho tenha sido bem feito, que restará por fazer? Muitas coisas. Vejamos algumas delas:

- Estabelecer índices de audiência; não há dados oficiais e não se pode confiar apenas nas declarações dos responsáveis; a única alternativa é uma sondagem pelo método do telefonema ao acaso ("Que rádio você está escutando neste momento?"). É o método seguido pela RAI, mas requer uma organização especial, um tanto dispendiosa. É melhor renunciar a essa pesquisa do que anotar impressões pessoais como "a maioria ouve a Rádio Delta" só porque meia dúzia de amigos afirma ouvi-la. O problema dos índices de audiência informa como se pode trabalhar cientificamente mesmo sobre um fenômeno tão contemporâneo e atual, mas como isso é difícil: é melhor uma tese sobre história romana, bem mais fácil.
- Registrar a polêmica na imprensa e os eventuais juízos sobre cada emissora.
- Recolher e comentar organicamente as leis pertinentes a esta questão, de modo a explicar como as várias emissoras as ludibriam ou as obedecem e que problemas daí advêm.
- Documentar as posições relativas dos diversos partidos.
- Tentar estabelecer tabelas comparativas dos custos publicitários. É possível que os responsáveis pelas rádios escondam esse detalhe, ou mintam, mas, se a Rádio Delta faz publicidade do restaurante Ai Pini, poderia ser fácil obter o dado desejado junto ao proprietário do Ai Pini.
- Fixar um evento-amostra (eleições são um assunto exemplar) e registrar a maneira como foi tratado por duas, três ou mais rádios.
- Analisar o estilo lingüístico das diversas emissoras (imitação dos locutores de grandes rádios, imitação dos *disc jockeys* americanos, uso de terminologias de grupos políticos, adesão a falares regionais etc.).
- Analisar a maneira como certas transmissões das grandes rádios foram influenciadas (quanto à escolha dos programas e dos usos lingüísticos) pelas transmissões das rádios livres.
- Recolher organicamente opiniões sobre rádios livres por parte de juristas, líderes políticos etc. Três opiniões apenas fazem um artigo de jornal, cem opiniões fazem uma pesquisa.

- Coleta de toda a bibliografia existente sobre o assunto, desde livros e artigos sobre experiências análogas em outros países até os artigos dos mais remotos jornais de interior ou de pequenas revistas, de modo a obter a documentação mais completa possível.

Convém deixar claro que você não deve fazer *todas* essas coisas. *Apenas uma*, desde que bem feita e completa, já constitui um tema para uma tese. Também não pense que essas são as únicas coisas a fazer. Delineei somente alguns exemplos para mostrar como até sobre um tema tão pouco "erudito" e pobre em literatura crítica se pode executar um trabalho científico, útil aos outros, inserível numa pesquisa mais ampla e indispensável a quem queira aprofundar o tema, sem impressionismo, observações casuais ou extrapolações arriscadas.

Para concluir: tese científica ou tese política? Dilema falso. É tão científico fazer uma tese sobre a doutrina das Idéias em Platão como sobre a política da *Lotta Continua* na Itália entre 1974 e 1976. Se você é uma pessoa que pretende trabalhar a sério, pense bem antes de escolher, pois a segunda tese é sem dúvida mais difícil que a primeira e requer maior maturidade científica. Se bem que não terá uma biblioteca em que se apoiar, mas antes uma biblioteca para organizar.

Como se vê, é possível conduzir de modo científico uma tese que outros definiriam, quanto ao tema, como puramente "jornalística". E é possível conduzir de modo puramente jornalístico uma tese que, a julgar pelo título, teria todos os atributos para parecer científica.

2.7. COMO EVITAR SER EXPLORADO PELO ORIENTADOR

Por vezes o estudante escolhe um tema de seu próprio interesse. Outras vezes, ao contrário, aceita a sugestão do professor a quem pede a tese.

Ao sugerirem temas, os professores podem seguir dois critérios diferentes: indicar um assunto que conheçam bem e no qual não terão dificuldades em acompanhar o aluno, ou recomendar um tema que conhecem pouco e querem conhecer mais.

Fique claro que, contrariamente à primeira impressão, esse segundo critério é o mais honesto e generoso. O professor raciocina que, acompanhando uma tese dessas, terá seus próprios horizontes alargados, pois se quiser avaliar bem o candidato e ajudá-lo em seu trabalho terá de debruçar-se sobre algo novo. Em geral, quando o professor opta por essa segunda via, é porque confia no candidato. E normalmente lhe diz explicitamente que o tema é novo para ele também e que está interessado em conhecê-lo melhor. Existem professores que se recusam a orientar teses sobre assuntos surrados, mesmo na atual situação da universidade de massa, que contribui para temperar o rigor de muitos e incliná-los a uma maior compreensão.

Há, no entanto, casos específicos em que o professor está fazendo uma pesquisa de grande fôlego, para a qual são necessários inúmeros dados, e decide valer-se dos candidatos como membros de sua equipe de trabalho. Ou seja, durante alguns anos, ele orienta as teses numa direção específica. Se for um economista interessado na situação da indústria em um dado período, determinará teses concernentes a setores particulares, com o fito de estabelecer um quadro completo do assunto. Ora tal critério é não apenas legítimo, mas também cientificamente útil: o trabalho de tese contribui para uma pesquisa mais ampla, feita no interesse coletivo. E isso é útil até didaticamente porque o candidato poderá valer-se de conselhos da parte de um professor muito bem-informado sobre o assunto, e utilizar como material de fundo e de comparação as teses elaboradas por outros estudantes sobre temas afins. Assim, caso execute um bom trabalho, o candidato pode esperar uma publicação ao menos parcial de seus resultados, talvez no âmbito de uma obra coletiva. Há aqui, entretanto, alguns inconvenientes possíveis:

1. O professor está entusiasmado com seu próprio tema e violenta o candidato que, por seu lado, não tem o mínimo interesse naquela direção. O estudante torna-se, nesse caso, um carregador de água que se limita a recolher penosamente material que depois outros irão interpretar. Como sua tese será modesta, sucederá que o professor, ao elaborar a tese definitiva, talvez só use algumas partes do material recolhido, não citando sequer o estudante, até porque não se lhe pode atribuir nenhuma idéia precisa.
2. O professor é desonesto, põe os estudantes a trabalhar, aprova-os e utiliza desabusadamente o trabalho deles como se fosse seu. Às vezes se trata de uma desonestidade *quase* de boa fé: o mestre acompanhou a tese com paixão, sugeriu várias idéias e, algum tempo depois, não mais distingue sua contribuição da do estudante, tal como, depois de uma acalorada discussão coletiva, não conseguimos mais recordar quais as idéias que perfilhávamos de início e quais as que assumimos depois por estímulo alheio.

Como evitar tais inconvenientes? O estudante, ao abordar um determinado professor, já terá ouvido falar dele, já terá entrado em contato com diplomados anteriores e possuirá, destarte, uma idéia acerca de sua lisura. Terá lido seus livros e descoberto se o autor costuma mencionar ou não seus colaboradores. No mais, entram fatores imponderáveis de estima e confiança.

Mesmo porque não convém cair na atitude neurótica de sinal contrário e julgarmo-nos plagiados sempre que alguém falar de temas semelhantes aos da nossa tese. Quem fez uma tese, digamos, sobre as relações entre darwinismo e lamarckismo, teve oportunidade de ver, percorrendo a literatura crítica, quantos outros já falaram sobre o mesmo assunto e quantas

idéias comuns a todos os estudiosos. Deste modo, não se julgue um gênio espoliado se algum tempo depois o professor, seu assistente ou um colega se ocuparem do mesmo tema.

Por roubo de trabalho científico entende-se, sim, a utilização de dados experimentais que só podiam ter sido recolhidos fazendo essa dada experiência; a apropriação da transcrição de manuscritos raros que nunca tivessem sido transcritos antes de você; a utilização de dados estatísticos que ninguém havia coletado antes de você, sem menção da fonte (pois, uma vez tornada pública, todos têm direito de citar a tese); a utilização de traduções, que você fez, de textos que não tinham sido traduzidos ou o foram de maneira diferente.

Seja como for, síndromes paranóicas à parte, o estudante deve verificar se, ao aceitar um tema de tese, está se inserindo ou não num trabalho coletivo, e pensar se vale a pena fazê-lo.

3. A Pesquisa do Material

3.1. A ACESSIBILIDADE DAS FONTES

3.1.1. *Quais são as fontes de um trabalho científico?*

Uma tese estuda um *objeto* por meio de determinados *instrumentos*. Muitas vezes o objeto é um livro e os instrumentos, outros livros. É o caso de, suponhamos, uma tese sobre *O Pensamento Econômico de Adam Smith*, cujo objeto é constituído por livros de Adam Smith, enquanto os instrumentos são outros livros sobre Adam Smith. Diremos então que, nesse caso, os escritos de Adam Smith constituem as *fontes primárias* e os livros sobre Adam Smith constituem as *fontes secundárias* ou a *literatura crítica*. É claro que, se o assunto fosse *As Fontes do Pensamento Econômico de Adam Smith*, as fontes primárias seriam os livros ou os escritos em que Smith se inspirou. Certo é que as fontes de um autor podem ser acontecimentos históricos (certas discussões ocorridas em sua época sobre determinados fenômenos concretos), mas tais acontecimentos são sempre acessíveis sob forma de material escrito, isto é, de outros textos.

Em certos casos, pelo contrário, o objeto é um fenômeno real: é o que acontece com as teses sobre movimentos migratórios internos na Itália atual, sobre o comportamento de crianças problemáticas, sobre opiniões do público a respeito de debates na televisão. Aqui, as fontes não existem ainda sob a forma de textos escritos, mas devem tornar-se os textos que você inserirá na tese à guisa de documentos: dados estatísticos, transcrições de entrevistas, talvez fotografias ou mesmo documentos audiovisuais. Quanto à literatura crítica, pelo contrário, as coisas não mudam muito em relação ao caso precedente. Na falta de livros ou artigos de revista, haverá artigos de jornal ou documentos de outro gênero.